

# As migrações contribuem

Segundo técnicos do Ministério da Saúde, as migrações internas que ocorrem no País, associadas à construção de ferrovias, rodovias e Projetos agropecuários, contribuem para aumentar a incidência e a disseminação de muitas doenças (malária, esquistossomose e outras), agravando ainda mais o quadro sanitário brasileiro.

De um modo geral, os migrantes são de baixo nível sócio-econômico, vivem em habitações coletivas, em favelas onde as condições de higiene são extremamente ruins. Em essas populações ficam muito suscetíveis a doenças, como a tuberculose pulmonar, as diarreias infecciosas, o sarampo, a difteria, a coqueluche, as doenças respiratórias agudas, as verminoses em geral, e principalmente à desnutrição.

A irrisistência de fossas sanitárias na maior parte das habitações do Norte e Nordeste do País é responsável direta por um grande número de doenças, dentre elas as infecções entéricas (doenças diarreicas), que se propagam a partir das fezes humanas e animais em contato com a água, os alimentos, ou levadas por moscas e outros insetos ou pelo contato direto com o homem.

A OPAS registrou, em 1971, mais de 490 óbitos de menores de cinco anos por cem mil crianças nascidas vivas em São Paulo, capital, devido a doenças entéricas, elevando-se a mil as crianças mortas em Recife pelo mesmo motivo. Das 15 cidades das Américas investigadas, apenas em San Salvador a mortalidade infantil — 1.193 para cem mil nascidas — excedeu a de Recife, cuja taxa foi de 1.023.

Entre os 3,5 milhões de nascidos vivos no Brasil, em 1970, teriam ocorrido 129 mil óbitos por infecções entéricas, se a taxa brasileira tivesse sido igual à de Recife (3.753 por 100 mil), ou mais de 42 mil óbitos, se igual à de Ribeirão Preto (1.235 por 100 mil). No Norte e Nordeste, o número de falecimentos sem atestado médico corresponde a mais

de 50 por cento do obituário geral. E, apesar da imprecisão dos dados, consta que do total de óbitos do País, em 1970, 48,5 foram de menores de um ano, e 34 por cento de complicações da gravidez, parto ou puerpério.

Mesmo com a evolução dos conhecimentos e recursos que poderiam reduzir a mortalidade por infecções diarreicas a níveis muito baixos nas zonas rurais e nas periferias das grandes cidades em que as condições de saneamento e o nível sócio-cultural e econômico são precários, essas doenças constituem a causa principal de mortalidade entre as crianças menores de cinco anos de idade.

A transmissão das doenças entéricas varia muito, segundo o agente etiológico, que pode ser uma Salmonella, uma Shigella, uma Escherichia Coli Enteropatogênica, uma Salmonella Tuphi (vibrião colérico) ou os vírus em geral. Dessas doenças, o V.Cholerae é o único de repercussão internacional e, apesar de incidência baixa, é extremamente grave. O Ministério da Saúde estabeleceu um sistema de vigilância para detectar precocemente a presença de cólera no País e impedir sua propagação, diante de

casos ocorridos em Portugal e Angola.

No entender dos especialistas em saúde, quase todas as doenças entéricas podem ser controladas mediante o asseio pessoal e a higiene dos alimentos. Sua prevalência depende muito do saneamento do ambiente (instalação de sistema de abastecimento de água e a eliminação de desejos), municípios mas, no Brasil, cerca de 40 por cento dos não dispõem de qualquer infraestrutura, e, segundo estudos da própria FSESP, do Ministério da Saúde, 70 a 95 por cento das habitações rurais lançam os seus despejos na superfície.

Uma das metas das nações dos hemisférios, estabelecida na reunião dos ministros da Saúde, no Chile, há poucos anos, era de reduzir à metade a mortalidade de menores de cinco anos em toda América, num prazo de dez anos. No entanto, hoje, o problema está cada vez mais acentuado.

No Brasil, o Ministério da Saúde executa o Planasa — Plano Nacional de Saneamento — e que se propõe a dotar, até 1980, cerca de 80 por cento da população de áreas urbanas, de abastecimentos de água, e 50 por cento de serviços de esgotos, mas até agora o problema sanitário continua alarmante, sendo altíssimas as taxas de óbitos e de internamentos em hospitais.